



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 5201/13 - PROFORTE			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0347/14	DATA: 09/04/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 17h06min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 5.201, de 2013, e a seu apensado Projeto de Lei nº 6.753, de 2013.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.201, de 2013, e a seu apensado, o PL nº 6.753, de 2013, que cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da Ata da 14ª Reunião, realizada no dia 8 de abril de 2014.

Pergunto se há necessidade, Deputado Vicente, da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não havendo quem queira discutir, nem quem discorde, e tendo havido também o pedido de dispensa da sua leitura, está aprovada a ata.

Antes de dar início à Ordem do Dia, comunico que, para a reunião de hoje, há uma observação sobre a votação do substitutivo do projeto do Deputado Otavio Leite.

Conversando aqui com a maioria dos Deputados da Comissão, nós decidimos fazer agora o máximo de debates possíveis e necessários. Quero informar aos Deputados, após os pedidos de vista — certamente haverá pedido de vista conjunto, porque vários já manifestaram o desejo de pedir vista —, que nós teremos duas sessões ordinárias de prazo para devolução do projeto. Como a semana que vem será uma semana branca na Casa, então nós estaríamos com o projeto pronto para votação na outra semana. Eu queria pedir encarecidamente aos Deputados que encaminhassem por *e-mail* as sugestões das mudanças em cima do relatório do Deputado Otavio Leite.

O Deputado colocou importantes ações e intervenções aqui no projeto. Nós temos opiniões contrárias, opiniões favoráveis, e vamos tê-las até o final da votação, por se tratar de um tema que realmente desperta o interesse de todos os Deputados da Casa. Aqui, que a Comissão é pequena, tem toda essa divergência. Calculem quando chegar ao Plenário, provavelmente daqui a uns 15 ou 20 dias, no máximo, quando teremos a votação no Plenário!

Então, eu queria pedir que cada um encaminhasse suas sugestões. O Deputado Otavio Leite, que defende em outra Comissão um requerimento de sua



autoria e teve que ir até lá, pede que sejam encaminhadas sugestões e se coloca à disposição, assim como sua assessoria, para discutir e tentar fazer o máximo possível para que nós possamos ter, na próxima sessão, evidentemente, o relatório já definitivo e a votação.

Nós teremos uma série de sugestões a serem ainda apresentadas, mas o que ficou claro, o que ficou bom neste projeto é que agora temos um projeto. Agora temos um projeto! Este projeto é minimamente o que nós construímos durante todas as reuniões que fizemos. Foram 15 reuniões só aqui na Câmara, todas elas com caráter de audiência pública, e fizemos seminários nas 5 Regiões administrativas do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Então, nós pudemos cobrir, com uma abrangência muito importante, Deputado Danrlei, todo o País. Demos oportunidade para que todas as entidades desportivas do País pudessem opinar sobre os mais variados temas. Em todas as reuniões nós tivemos, sem nenhuma exceção, a participação de várias modalidades esportivas, evidentemente o futebol sempre predominando, até porque o grande tema de esporte no Brasil é o futebol. Ninguém pode ignorar isto.

Nós temos e estamos buscando o aprimoramento das modalidades esportivas, com o crescimento da formação olímpica. Tudo isto foi tema de debate durante todo esse período. Então, nós tivemos muitas sugestões, todas elas enriquecedoras. E o Deputado Otavio Leite, de certa forma, foi captando todas essas informações, sugestões, e produziu este documento que está pronto hoje, e este é o Projeto do PROFORTE.

Agora, cabe ainda retoque? Ele poderá fazer o retoque, porque não cabe mais emenda. Não é isso? Emenda agora só no Plenário. Nós poderemos ainda ter emenda de Plenário. Aqui nós não vamos receber emenda, nós vamos receber só sugestões enviadas para o *e-mail* do Deputado Otavio Leite.

Então, eu queria deixar esses esclarecimentos para que as Sras. e os Srs. Deputados possam, dentro de sua atuação legislativa, produzir agora algumas sugestões, para que a gente possa remover os possíveis bodes existentes neste projeto na visão de cada um. É evidente que cada um tem um tipo de visão. Para



uns, são fantasmas; para outros, bodes, capetinhas... (*riso*) — tem todo tipo de entendimento.

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, não sei qual o tempo que o Deputado Otavio Leite vai estar ausente, mas a discussão seria produtiva com a presença dele aqui. Eu acho que a gente, de fato, consegue fazer o debate sobre pontos que precisam de ajustes.

Então solicito que o Deputado Otavio Leite possa estar presente o maior tempo possível para enriquecer e qualificar o debate. Não sei se não há possibilidade de o Deputado permanecer aqui conosco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O problema é que o Deputado Otavio Leite é da Oposição. E o Deputado Otavio foi à Comissão em que está sendo ouvido o Ministro Gilberto Carvalho e quer dar a alfinetadinha dele. Mas eu já mandei chamá-lo e ele deve estar vindo para cá. Disse que está formulando uma pergunta e já estará voltando.

Enquanto ele não chega, eu quero ouvir algumas sugestões, até porque V.Exas. vão encaminhá-las por *e-mail* ao Deputado.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente Jovair, caros colegas, o Deputado Danrlei e eu estivemos estudando algumas propostas de enriquecimento do texto.

Então, eu vou sugerir, só para começar a aquecer as discussões, o art. 32, que trata das loterias, por exemplo. Estamos propondo que, no caso das loterias com apostas *on-line*, a Caixa Econômica Federal tenha a preferência e a oportunidade de estar entrando nesse negócio. Mas, uma vez a Caixa não exercendo essa preferência e não entrando no negócio, que possa haver uma grande concorrência pública de outras empresas que queiram participar desse negócio.

Então é uma sugestão para que nós possamos ter a implementação da loteria *on-line*, que no mundo inteiro já se pratica e muitos brasileiros jogam em *sites* do exterior. Que a loteria eletrônica possa ser colocada aqui no Brasil com a



possibilidade de os clubes estarem participando desse grande negócio. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Acho uma excelente sugestão, até porque a Caixa Econômica Federal é detentora dos jogos no Brasil. E cabe à Caixa, caso não queira administrar o trabalho próprio, inclusive com autorização do próprio Congresso, fazer uma licitação. Quero acrescentar que, em caso de a Caixa não querer administrar o produto, que ela possa ter autorização na nossa lei para licitar.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O intuito é esse. É a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Eu quero lembrar mais uma coisa importante: este projeto tem um dado fantástico, que eu gostei demais, que é a criação do Fundo Nacional do Esporte. Nós sabemos que hoje os recursos são muitos pequenos para o esporte brasileiro. Esse Fundo será criado e está sendo criado para fomentar o esporte nas escolas. Evidentemente que quem vai captar e poderá captar esses recursos das escolas serão os próprios clubes.

E nós tivemos a ideia — e essa foi uma discussão pelo Brasil afora... Numa dessas discussões surgiu exatamente a sugestão de que nós criássemos um modelo igual ao do SUS, não que o SUS seja a oitava maravilha, mas do ponto de vista de repasse de fundo a fundo é a melhor experiência. Também a educação tem esse modelo. Então, nos copiamos exatamente o modelo que existe de Fundo.

Quem vai administrar o Fundo Nacional é o Ministério dos Esportes, quem vai administrar o Fundo nos Estados e nos Municípios, evidentemente são as Secretarias Estaduais e Municipais de Esportes. O recurso vai para a escola. Os clubes vão captar o recurso na escola. Cinquenta por cento dos recursos das dívidas pagas pelos clubes, que hoje não são pagas e passarão a ser, vão ser para o Fundo e os outros 50 para a escola. E o clube de abrangência da região da escola capta os recursos nas escolas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como é que vai para a Secretaria de Esportes e depois vai para a escola, se a escola não tem nada a ver com a Secretaria de Esportes e sim com a Secretaria de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É formação escolar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, mas não tem nada a ver. A escola municipal não tem nada a ver com a Secretaria de Esportes.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Deputado Vicente vai te responder.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Acho que, na escrita do Relator, pelo que eu entendi até agora, primeiro que ele não acatou a tese que eu tinha defendido de 50% para o Fundo e 50% para o caixa do Tesouro Nacional. O Deputado está propondo, pelo que eu entendi, repassar para os fundos estaduais, os clubes acessarão o Fundo e farão convênio com as escolas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Ou seja, está direcionado. Não inicia aqui que ele está denominando. Os beneficiários seriam os alunos oriundos de escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, mas através de convênio com os clubes e as escolas.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, peço a palavra para um aparte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Olha, depois falará o Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Dentro da colocação do Deputado Vicente Candido, eu acho que, no meu entendimento, não há necessidade de esse Fundo ir para a escola, a fim de que ele seja utilizado na escola. Eu acho que sim, no clube, com os alunos, com os jovens das escolas. Você pode utilizar o Fundo com os jovens em formação que estão na escola e não diretamente na escola, porque a escola não tem nem como gerir esse Fundo, esse recurso lá.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não, a escola vai gerir o convênio com os clubes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu acho que o clube apresenta um programa de utilização desses recursos, um projeto de utilização desses recursos para os atletas em formação que estão matriculados. E, lógico, eles estão matriculados.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nas escolas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Nas escolas. Mas não na escola; que seja utilizado pelo clube para os alunos matriculados que estão em formação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado, está no projeto, é isso que nós colocamos. Nós gostaríamos que fizesse a sugestão da possível mudança em cima de cada artigo para que a gente possa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A gente pode, entendeu, Sr. Presidente, ampliar essa discussão no sentido de uma formatação que seja mais ou menos nesse nível. Eu acho que o Deputado Vicente concorda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Danrlei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Olha, Sr. Presidente, no meu entendimento, nós já estamos discutindo. Se V.Exa. abriu a discussão, não vai ter mais vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós estamos debatendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas o debate é uma discussão. Eu acho que, primeiro, eu quero até antecipar e pedir vista já, entendeu? Se está aberta a discussão, já não tem mais pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só um pouquinho, Deputado. Nós fizemos um... V.Exa. chegou depois...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, não cheguei depois não! Eu estou aqui desde quando abriu a sessão, Sr. Presidente. Não cheguei atrasado.

(Não identificado) - Está sempre atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Quem falou foi o Líder do seu ex-partido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu cheguei aqui desde quando abriu a sessão. *(Riso.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Quero só lembrar que nós fizemos aqui uma discussão prévia, eu, Rodrigo, Romário, Guilherme, Danrlei e Vicente, antes de V.Exa. chegar, antes de abrir a sessão evidentemente, e nós fizemos um acordo de que nós iríamos fazer um debate, não uma discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Regimentalmente não existe isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Existe. O Plenário sempre foi...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Exa. sabe que não existe. *(Riso.)* É melhor V.Exa. abrir a discussão. Daí todos pedem vista e aí continua esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - A intenção é esta. Daqui a pouco nós vamos abrir a discussão e vamos pedir...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E continua esse debate. Depois de pedido vista, aí continua esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Se V.Exa. quer esse método, vamos fazer já.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Já peço vista!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Quem mais quer pedir vista? Alguém mais quer pedir vista do projeto?

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vista conjunta, Deputado Danrlei, Deputado Guilherme, Deputado Romário, Deputado José Rocha, Deputado Rodrigo Maia, Deputado Vicente Candido e Deputado Afonso Hamm.

E o acordo continua. Nós vamos discutindo aqui.

Depois que o Bahia bateu com muita força no Vitória lá, deu esse problema. *(Riso.)*

O Deputado Otavio Leite está presente.

A discussão está bem qualificada. Vamos ouvir o Deputado Danrlei. Assim, V.Exa. já pega um pedaço da discussão sobre a questão do Fundo do Esporte Nacional.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Pela primeira vez eu consegui antecipar o Romário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não, V.Exa. já pegou muita bola dele.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu já falei para ele que, se não fosse ele, eu tinha feito 2 mil gols.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Se não fosse ele, né?

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - É.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - E ganhou alguns títulos a mais. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - É verdade.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Eu concordo também, Sr. Presidente, com o que disse o Deputado José Rocha, de que quem deveria ficar à frente desses fundos, sim, seriam os clubes, até para prestarem contas para que pudessem ficar na mesma esfera do esporte sempre. E gostaria também — e isso aí foi uma discussão feita por mim e pelo Deputado Guilherme Campos — que, se possível, tirassem somente das escolas públicas. Que pudesse participar qualquer aluno de qualquer escola que tenha interesse no esporte.

Eu conheço muitas famílias que se matam para poder pagar uma escola melhor para seus filhos, mas não têm condições de bancar um treinamento esportivo, ou a ida dessas crianças para... Gastam todo o dinheiro que têm com uma escola particular para dar um estudo melhor ao seu filho. E a gente sabe a diferença que tem em nosso País, hoje, entre a escola particular e a pública. Esperamos que mude.

Eu acredito que, se pudéssemos tirar, Relator, essa questão de ser escola pública para alunos da rede em geral, seria mais interessante e daria um pouquinho mais, nesse sentido pro esporte, de igualdade para todos, inclusive de estarem trabalhando no mesmo espaço e se conhecendo, cada um na sua classe, no seu nível social.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Deputado Danrlei, a sua proposta é de boa-fé. Mas quem é que faz o corte? Quem, de fato, está numa escola privada e precisa estar numa escola pública num projeto desses, da mesma forma que um aluno de escola pública? Quem faz o corte? Vai acabar tendo apadrinhamento. O cara que tem acaba tendo o benefício e deixa de fora um aluno que, de fato, precisa.



Eu defendo que seja só escola pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Romário, Deputado Romário...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Permita-me só dar um esclarecimento?

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu estou com a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos fazer um bate-bola. Ele agora falou que está emparelhado. Eu dei o troco. Eu só dei o troco.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - (*Risos.*) Pode falar, Deputado. Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Rodrigo, não há privilégio de escola pública ou de escola privada. Não existe, porque o atleta em formação é que será beneficiado, não importa a escola em que ele esteja. Nós não podemos privilegiar o atleta da escola pública em detrimento daquele que está na escola privada. Aí é um privilégio. Se o tratamento é para todos os atletas que estão no clube, independe de em que escola ele esteja, seja privada ou pública, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Uma das razões também da escola pública é que a escola privada é mais organizada, do ponto de vista econômico. Quem tem mais poder tem mais rapidez.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Diferentemente do que os colegas acabaram de dizer, eu sou completamente contra esse Fundo passar pelos clubes. Eu já vejo totalmente diferente.

Acho que esse Fundo tem que ser destinado diretamente para as escolas. A gente tem que achar o órgão competente e o dispositivo legal para fazer isso. A gente sabe muito bem — eu, particularmente posso dizer por experiência própria — que o dinheiro que chega ao clube, por mais que ele tenha aí no substitutivo, é difícil esse clube repassar 1 real para alguma escola, a partir do momento em que aquele clube esteja precisando de determinados resultados, tenha que pagar alguns jogadores que estão atrasados, jogadores esses que são importantes naquele momento do clube. Então o Fundo passa, na minha opinião, a ser muito interessante a partir do momento em que ele vai diretamente para as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - A vantagem também do Fundo, eu queria só colocar isso aqui que eu não havia colocado.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria adicionar o pedido de vista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - ...ao PTB. O Deputado Pedro Fernandes também já havia feito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Deputado Arnaldo Faria de Sá também em vista conjunta.

Eu queria lembrar que o objetivo desse Fundo, Deputado Romário, foi nessas discussões nossas, e nós discutimos sobre cidades pequenas que têm clubes de futebol e que não têm nenhum incentivo. É para chegar também, lá nas cidades pequenas, a possibilidade de os clubes pequenos que desapareceram voltarem a fazer a prática esportiva. O nosso objetivo é esse.

Enquanto nós estamos discutimos aqui todo o período, é que 700 clubes do Brasil em que existem profissionais estão desaparecendo. Tem só 100 em práticas desportivas. Com essa possibilidade de ter a formação no Fundo, outros clubes virão, outras cidades terão novos clubes. Isto é importante.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Mas, dentro do relatório do nosso brilhante Deputado Otavio Leite, todos esses clubes vão ter, a partir de agora, uma forma de serem ajudados por parte do Fundo, que não precisa ser exatamente essa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos ouvir um pouquinho o nosso Relator sobre essa questão do Fundo.

Vamos ouvir o Deputado Vicente, depois o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Minha sugestão é esta: que organizem uma lista de inscrições com o tempo definido. Como aqui não é um colégio de freiras, na hora em que a discussão começar — as freiras são organizadinhas, respeitam o tempo direitinho —, aqui, se não se aplicar o Regimento, talvez alguém vá se sentir prejudicado no final do debate e nós estamos com o horário bastante reduzido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Nós vamos ouvir o...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Vicente, o que você tem contra as freiras?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pelo contrário.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, bom!

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu falei que elas são organizadinhas, respeitam o tempo. Aqui não, no calor do debate...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só de conseguir enrolar aquele negócio na cabeça, já é uma organização total.

Eu queria passar a palavra ao nosso Relator, e o primeiro inscrito é o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só para entender, Sr. Presidente. Ele vai fazer uma exposição, porque ele fez a leitura ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Ele vai falar um pouquinho sobre essa questão do formador.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não, mas vamos ouvir porque ele fez a leitura ontem já explicando vários artigos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então vamos ouvir o Deputado Afonso Hamm. Eu sou um Presidente democrata. Eu estou aqui para cumprir o Regimento daqui a pouco, por enquanto nós estamos...

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu queria dizer que, desde que ingressei aqui na Câmara dos Deputados, a minha bandeira, do ponto de vista de trabalho, de direcionamento em relação ao esporte, tem sido na questão da formação de categorias de base, legislação lá na Lei Pelé e contribuições. Inclusive fiz a proposição por escrito, e toda a proposição vem sendo agregada e melhorada. Acho que esse é o trabalho que se faz. Quando fazemos audiências públicas, buscamos ideias, aperfeiçoamos e recebemos contribuições.

Parece-me — acho que é bom porque esse virou um tema forte — que não estava contemplado inicialmente na visão. Tinha, aliás, uma visão, mas era uma visão diferente da proposição original do projeto.

Quando nós fizemos os debates, é bom lembrar aqui, foi importante que se detectou que faltam recursos na iniciação, inclusive para o futebol. Faltam recursos nas escolas, porque não têm estrutura, e aí são recursos de investimento — infraestrutura é uma coisa —, e faltam recursos de custeio, que é para viabilizar o



professor, para viabilizar o material. Nós temos esses dois níveis, falando em escolas, o que foi muito debatido.

E faltam, sim, recursos aos clubes, e aos clubes formadores. Por isso nós temos uma legislação posta aí, que foi trabalhada muito pelo José Rocha como Relator, que nós temos hoje o reconhecimento dos clubes formadores e um incentivo à questão de que em cada clube — e detectamos, através do debate, nessas 15 audiências públicas, foi muito enfático —, no futebol, nós temos a dificuldade das categorias de base.

Este projeto visa atender o esporte como um todo, futebol e modalidades esportivas olímpicas. E nós, com a criatividade do Relator e com a busca de uma série de contribuições, está aí um relatório bem rico. Então, eu não consegui aprofundá-lo totalmente. É bom que a gente ganhe esse tempo, porque, quanto a esse item do Fundo de Iniciação, e aí vem a questão, se ele vai só para as escolas públicas, se ele pode contemplar clubes, ou se nós podemos fazer parcerias escolas-clubes, porque nós queremos potencializar a educação, mas nós queremos oportunizar futuros atletas, e alguns vão ter rendimento, e, principalmente, nós vamos trabalhar na formação.

Então, parece-me — e aqui eu não tenho ainda a análise profunda da forma como está o relatório, mas, por isso, é de merecimento exatamente a forma como evoluiu este item dentro do debate, significa que valeu a pena debatê-lo, porque nós estamos trabalhando com um eixo — que o Relator foi buscar mais recursos, mais fontes.

Num primeiro momento, falou-se só da loteria instantânea, da Raspadinha, aí aumentou o percentual. Vamos buscar mais recursos, é um dinheiro novo, esse dinheiro não existe, é de um prêmio e de uma loteria que vai ser criada, e mais outras fontes.

Eu cheguei a falar do direito de imagem. O Fundo pode, no futuro, receber outras fontes, até para a gente não comprometer e querer colocar todas as fontes. Mas hoje, por exemplo, o direito de imagem, do ponto de vista das grandes transmissões de tudo, dos grandes eventos, os televisionamentos hoje, na minha opinião, deveriam contemplar. Ainda não estão contemplando, mas é algo que nós, no futuro, tendo este Fundo — e aqui o Deputado Otavio Leite coloca outras fontes,



inclusive buscando uma participação também da própria CBF, buscando um pouco de recurso de instituições... Por isso o debate.

E aí eu queria dizer que uma coisa não deve excluir a outra. Eu acho que nós não podemos confundir o modelo desorganizado, e muitas vezes despropositado, que existe em relação à gestão dos clubes. Nós estamos falando de uma legislação que vai melhorar a vida do clube resolvendo o passivo e projetando o futuro, e tem a questão de calendário, organização, tudo isso que se debateu, mas nós temos que projetar clubes organizados com os seus segmentos formadores. Ou nós não acreditamos na capacidade de gestão dos nossos clubes formadores? Ou nós vamos excluir a possibilidade de os clubes também receber recursos e se associarem às escolas para potencializar craques, a exemplo de Romário e tantos outros, né, e nós dentro de uma legislação mais completa?

Então, a gente sabe que a prioridade deve ser a escola, a escola pública lá na iniciação. Mas, na minha opinião, nós temos que trabalhar algo que contemple, sim, o conceito e a organização do clube formador. Então, eu não estou sendo contraditório. Eu acho que há uma evolução em relação ao debate, mas uma coisa não deve excluir a outra.

Eu queria colocar sob esse ponto de vista aí para a gente avançar em termos da nossa legislação.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k., até o Deputado Afonso Hamm é um dos apaixonados nessa questão da formação. Desde o início da Comissão, ele tem batido muito fortemente nessa questão.

Está inscrito o Deputado Vicente Candido. Depois o Deputado José Rocha outra vez.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero dizer que ser Relator de qualquer matéria no Congresso Nacional tem ônus e bônus. Evidentemente que tem mais bônus do que ônus, porque há uma disputa muito grande para relatar matérias aqui, qualquer que seja ela no geral. Eu quero aqui, de antemão, reconhecer o trabalho do Relator, que fez muitas conversas, viajou o Brasil, ouviu todos os setores e ousou em algumas



matérias. Eu acho que burocratiza em algumas que a gente precisa aqui fazer o debate. Eu acho que esta é a nossa missão aqui, a nossa função.

Então, quero reiterar aqui algumas posições que eu já vinha defendendo no sentido de contribuir para o debate. Mas, como mineiro e bom cristão, eu sou sempre do diálogo e da conciliação. E aprendi também que a política é a arte do possível. Eu gostaria que passasse o meu relatório aqui no Congresso Nacional, mas certamente, sou mineiro de Caratinga, terra de gente boa, eleito por São Paulo, acolhido por São Paulo, refugiado por falta de reforma agrária na ditadura militar, conterrâneo de Ziraldo, Agnaldo Timóteo, José Alencar. Só tem gente boa!

Então eu queria destacar alguns pontos. E ainda, na última tentativa aqui de convencer o Relator, eu continuo achando um erro, Deputado Otavio Leite, a gente jogar qualquer que seja a verba extra — a Timemania aqui que V.Exa. faz questão de deixá-la — para pagar dívida dos clubes, a não ser que a gente faça um acordo, sobretudo com o setor da mídia brasileira, para que eles não mais falem mal de uma situação como essa.

A Timemania, a meu ver — estou muito convencido disso —, já nasceu num fogo cruzado. Estava-se criando ali uma nova modalidade econômica para pagar dívidas dos clubes, dos dirigentes que dilapidaram o patrimônio dos clubes. Então, qualquer recurso que a gente jogue diretamente para essa finalidade, acredito, não será simpático não só ao setor da mídia brasileira como perante o torcedor brasileiro.

Eu me sentiria muito mais incentivado a comprar qualquer produto que venha a contribuir com um fundo que tenha transparência e se destine à formação de atletas no Brasil. Eu, como cidadão, assim me sentiria. Eu acho que isso seria o grande motivador para mim, por exemplo, que não gosto de jogo. Mas numa situação dessas, eu até jogaria, sabendo que o resultado daquilo vai contribuir com o esporte brasileiro, com a saúde brasileira, com a integração dos povos, com o patrimônio nacional que é o futebol brasileiro. Eu não acho um bom caminho, mas também, se é vontade da maioria, não há outra escolha que não seja acatá-lo.

Então, eu redirecionaria tudo para um fundo para a formação de atletas e iniciação esportiva. Por quê? Porque, em relação ao tratamento de 300 meses, se a gente conseguir convencer o Governo, ele será quase que um caso inédito. Só



Prefeituras chegaram a ter um prazo parecido com esse, no caso do REFIS — para se tratar do tema com esse linguajar.

Se a gente conseguir convencer o Governo a não aplicar a SELIC, mas que aplique qualquer outro índice, que pode ser taxa referencial, a TR — e até por isonomia, porque o Governo, quando recebe, aplica a SELIC; e, quando paga, aplica a TR... E, se for a Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, melhor ainda. Qualquer outro índice que seja menor do que a SELIC, para facilitar e que em 300 meses se quite a dívida, sem residual, já seria bom demais.

Então, se a gente está dando esse tratamento para os clubes endividados, que poderão pagar em até 300 meses, com a correção diferenciada, que são os REFIS aqui no Brasil, acho que já seria o suficiente para resolver dívida. Resolvendo dívida, eu quero resolver o financiamento do esporte brasileiro, porque os Estados brasileiros, os governos brasileiros, historicamente, negaram-se a investir no esporte.

Vou citar aqui o meu Estado — e não é porque eu sou de oposição lá —, pois é uma vergonha o Estado de São Paulo, por exemplo, investir e destinar apenas 0,1% do orçamento do Estado para a formação de atletas. Isso não é privilégio só do PSDB, não. Em relação a isso, eu faço crítica e autocrítica, inclusive ao meu partido. Não estou dizendo que o meu partido também é um exemplo de aplicação no esporte brasileiro. Tanto é que estamos aqui discutindo, em âmbito nacional, uma deficiência deixada inclusive pelo meu Governo.

Então, este é um problema: a falta de cultura dos dirigentes públicos brasileiros, que não entendem que o esporte é tudo isso que a gente está dizendo aqui e que não preciso repetir. Então, seria resolvida a dívida dessa forma, e o resto, para mim, vira um grande fundo para fomentar o esporte brasileiro.

Em relação ao fundo a fundo, eu acho que é a política mais ajustada. O SUS não é o suprassumo da política pública, mas é um bom exemplo de política pública de descentralização de recursos.

Eu aí faria um reparo, Deputado Otavio Leite — e V.Exa. ontem abriu essa questão para o debate: eu não jogaria recursos só para os fundos estaduais. Se a gente quer descentralizar e facilitar a vida dos tomadores de recursos nesse projeto, é ruim exigir, por exemplo, da cidade de Presidente Prudente, que está a 600



quilômetros da Capital de São Paulo, que ela tenha que ir até a Secretaria de Esporte do Estado para buscar esses recursos — e não vai ter que ir uma vez só.

Aquele Município vai ter que ir á Secretaria de Esporte do Estado, ao Fundo de Esporte do Estado, viajar 600 quilômetros algumas vezes — e a gente conhece a burocracia brasileira — para tentar arrancar algum dinheiro e investir lá em Presidente Prudente. Imaginem o que ocorreria nos Estados de Minas Gerais, do Pará ou do Amazonas, pelas dimensões que têm!

Então, eu estenderia isso para os Municípios, com a condição de que eles tenham que ter fundo, tenham que ter conselho de esporte instituído em lei. E nem todos os Municípios vão demandar, porque não há entidade esportiva com essa competência para demandar em todos os Municípios do Brasil. Agora, não é justo, por exemplo, tirarmos a chance de Campinas, que tem dois times que participam da Série A e da Série B do Brasileiro, ter um fundo de esporte — e já deve ter. Campinas terá que recorrer ao fundo estadual, sendo que a cidade tem musculatura para suportar políticas dessa natureza.

Eu tomaria cuidado com algumas exigências, Deputado Otavio Leite, para que a gente não queira aqui ter a conotação de que estamos estatizando o esporte brasileiro. Outra questão: se nós estamos na linha de simplificar, nós temos tomar cuidado para não burocratizar. Por exemplo, há exigências maiores que a gente está fazendo aqui.

Acho que eu entendo um pouco o discurso de V.Exa., que disse o tempo todo que queria criar uma lei de responsabilidade fiscal do esporte brasileiro. Mas não precisa ser tão restrito assim, tão radical assim, como ocorre na lei para o ente público. Aqui nós estamos trabalhando com entidade privada.

Então, exigir que a entidade não gaste mais que 60% com a folha de pagamento, eu não tenho a mínima ideia do que representa isso Brasil afora. Quando se trata do setor público, nós estudamos e temos dados que nos permitiram fazer aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto para o Poder Legislativo como para o Poder Executivo. Mas achar que, no Corinthians, não se pode ultrapassar 70% de sua receita com folha de pagamento, eu não tenho a mínima ideia do que seja isso. Esse é um problema dos sócios, dos gestores. Eles vão dizer: *“Eu quero*



investir 90% este ano em folha de pagamento. Eu quero comprar o Ronaldo. Meu Conselho deliberou, e eu tenho receita para isso”.

Por que nós vamos, com uma lei, engessar a administração dos clubes brasileiros dessa forma? Eu acho que isso não se coaduna com a lei que está tratando de entes cuja natureza é de direito privado. Então, eu acho que não faz sentido a gente tratar com tanta rigidez essa questão.

Também destaco a proibição de antecipação de receita de qualquer natureza. Como é que eu vou proibir o clube de fazer isso? Eu tenho um contrato com a Globo de 5 anos e estou precisando de dinheiro. Isso é problema do seu sócio, do Conselho Fiscal, da auditoria.

Então, eu acho que a gente estaria aqui, de um lado, facilitando, e, de outro lado, burocratizando. Nós podemos chegar à situação parecida com a da burocracia, sobretudo na burocracia tributária brasileira, quando às vezes o empresário quer pagar o imposto, mas não consegue, em razão de tanta burocracia. Aqui, às vezes, eu posso querer pagar o imposto, ou querer acessar os recursos, mas não consigo, porque a lei está me amarrando demais.

Destacarei mais alguns pontos, para que a gente possa ouvir outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu peço a V.Exa., Deputado Vicente, brevidade, para que todos possam falar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Vamos lá, vou procurar contribuir.

Em relação ao novo tributo, Deputado, eu acho que aqui nós incorremos em três situações complicadas. Se o projeto vai tributar, ele vira projeto de lei complementar e vai exigir quórum qualificado no plenário.

O art. 39 está assim redigido:

“Art. 39. Fica acrescida em 10 pontos percentuais a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social — COFINS devida por entidades associativas da representação do futebol brasileiro em âmbito nacional e internacional.”



No âmbito internacional não há necessidade, porque nós não vamos tributar a FIFA. Se for nacional, trata-se da CBF — Confederação Brasileira de Futebol. No futebol brasileiro, a única entidade que existe.

Pelo Código Tributário Nacional, nós não podemos criar imposto pessoal. Eu não posso criar uma lei que, por exemplo, queira tributar o Otavio Leite porque ele tem uma grande fortuna. Portanto, eu vou tributá-lo, porque ele tem essa fortuna e precisa contribuir mais.

Então, nós vamos incorrer aqui num conflito infraconstitucional, o que não nos ajuda. Ou tributamos todo o mundo, todas as entidades do esporte brasileiro; ou não tributamos nenhuma, porque nós vamos incorrer aqui em inconstitucionalidade.

Há mais um item. V.Exa. relaciona aqui a Confederação Brasileira de Clubes, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá ontem falou sobre isso. Pelo que eu sei e pelas informações que tenho, o Ministério do Esporte demorou mais de 1 ano para fazer a regulamentação do uso do dinheiro que estava com a CBC. Então, pelas informações que eu tenho, salvo informação errada, não foi problema da CBC aplicar o dinheiro. Ela estava aguardando a portaria que regulamentava o uso desse dinheiro. Então, precisamos tomar cuidado, para não cometermos injustiça nesse sentido.

Por último — e nisso concordei muito com V.Exa. —, acho que é necessário a gente direcionar os recursos prioritariamente para o aluno oriundo da escola pública. Com isso, responderíamos a uma demanda enorme que cai sobre nós, que é ter o esporte educacional. Isso aqui ainda não seria um programa para o esporte educacional, mas seria uma boa provocação para isso. Mas também temos que tomar cuidado, porque não dá para sermos tão restritivos.

Ora, se estamos com um programa de formação de atletas olímpicos, nós não podemos dizer que talento só vai nascer das escolas públicas. Também não podemos trabalhar com a certeza de que todas as escolas privadas têm programas esportivos. Nós temos escolas privadas para os setores médio e baixo da sociedade que são escolas públicas melhoradas ou, às vezes, até pioradas, que não têm uma infraestrutura esportiva de quadras, de campo.

E muitos alunos que correm para a escola privada é devido à deficiência da escola pública. Todo o mundo gostaria de ter uma escola de graça, de qualidade.



Então, por falta de eficiência da escola pública no Brasil há uma fuga para a escola privada. Temos que tomar cuidado para não apenar o brasileiro ou o pai que está lá, na escola privada, pagando mensalidade, pois o filho dele será proibido de ter acesso a esses recursos públicos.

Nós temos que deixar, no mínimo, uma válvula, uma janela para que também o aluno da escola privada que tenha talento e que queira participar tenha esse direito; se não, podemos estar incorrendo em uma grande injustiça com o aluno brasileiro, quer seja da escola pública, quer seja da privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k.

Quero pedir ao pessoal que ande um pouco mais ligeiro agora. Eu até me lembro de um colega meu que se chamava Washington e que falava assim: "*Toda vez que eu vou falar alguém fala assim: agora tenho que falar rápido porque está acabando o tempo*". O Agenor e a Ana sempre falavam mais do que o Washington; quando chegava a vez do Washington, ele tinha que falar pouco.

Aqui é a mesma coisa: já falamos muito.

O Relator vai querer, depois da sua fala, falar um pouquinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Permita-me, pois vou ter que sair, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vai falar o Deputado José Rocha agora; depois, o Relator. Voltaremos com o Deputado Romário, o Deputado Rodrigo, que já saiu, mas deve voltar, o Deputado Guilherme Campos, outra vez, o Deputado Danrlei, o Deputado Pedro Fernandes e o Deputado Silvio Torres.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero elogiar o trabalho do nosso Relator, Deputado Otavio Leite. Realmente, o seu trabalho foi fruto de um estudo que foi feito. Percebe-se que houve realmente um estudo profundo das questões. Eu entendo que V.Exa. já abriu à discussão. Nós já estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não, pela ordem. Nós não abrimos. Aliás, o projeto está com pedido de vista. Já não é do controle do Presidente neste momento, porque já concedi pedido de vista conjunta.

Então, nós estamos, aqui, fazendo um bate-bola importante.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Esse pedido de vista é por quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Por duas sessões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Exatamente. Na outra semana, na outra terça-feira, nós vamos votar esse projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Já votaremos o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O.k. Seria quando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Dia 22. Nós teremos reunião ordinária amanhã; teremos reunião na segunda-feira, evidentemente, da semana que vem, no dia 15; e teremos no dia 16 a votação. Nós vamos ter um feriado. Então, certamente, vai ser depois da semana do feriado, no dia 22, no Dia do Descobrimento do Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu peço vênia ao Deputado Vicente Candido para discordar em relação à questão dos recursos para o esporte. Eu acho que o Governo investe em esporte, sim. Nós temos recurso para o esporte escolar, para o esporte universitário. Está aí na Lei Pelé. Temos recursos para o COB, para o Bolsa Atleta, para a CBC. Então, recursos existem, o que precisa é serem bem administrados. Eu acho que é uma questão da gestão, da administração.

Quanto ao Fundo a Fundo, eu sou totalmente favorável. Eu acho que é uma questão inteligente. Agora, quem deve administrar — e aqui me permita também, Deputado Romário — é o clube. A questão de se administrar mal ou bem é uma questão de gestão. O Governo, o Prefeito, o Governador podem administrar mal ou bem, nem por isso os recursos deixam de ir para o Estado, para o Município ou para a União.

Não se trata da questão de ele poder ser mal gerido pelo presidente do clube. Eu acho que tem que ter, sim, a fiscalização e o controle para que ele seja bem gerido, e o que não fizer boa gestão que seja punido.

Então, eu acho que o clube tem que gerir esses recursos, assim como deve ocorrer com as escolas, independentemente de que escola seja — particular, pública, evangélica, católica, religiosa, não importa.



Não se pode carimbar o aluno porque ele é da escola pública ou da escola privada. Não importa de que escola seja o atleta estudante. O benefício não é para a escola, o benefício é para o atleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O termo “preferencialmente” é bom.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, o termo “preferencialmente” não diz nada. Se fosse “prioritariamente” ou “obrigatoriamente” seria uma coisa, mas “preferencialmente” não diz nada.

Acho que a questão do Fundo a Fundo é interessante. Eu acredito que é realmente um avanço muito grande. Cada Parlamentar terá oportunidade de apresentar as suas sugestões. De acordo com o meu entendimento regimental, não existem emendas, mas sugestões ao Relator, para que ele possa incorporar ou não a sugestão que lhe for apresentada. Nós vamos dispor desse tempo, até o dia 22, para apresentarmos essas sugestões.

Eu queria tecer um outro comentário sobre o que disse o Deputado Vicente Candido, mas agora me fugiu a ideia.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Lembrando, se for o caso, conversamos em particular.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu entendo que o projeto realmente é um avanço, moderniza muito o setor e cria realmente um debate interessante em que cada Parlamentar pode apresentar sua sugestão.

Parabenizo o Deputado Afonso Hamm, que sempre falou da criação desses recursos para a criação de um fundo. Felizmente, estamos vendo essa proposta sendo debatida para ser votada nesta Comissão e nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes - Veja se V.Exa. consegue esquentar o couro do Bahia este final de semana, porque o único representante do futebol baiano aqui é V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite. Em seguida, voltaremos com o Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, prezados Deputados, quero inicialmente registrar que neste time todos são muito capazes e aptos para se pronunciar.



Deputado José Rocha, registro que esse time que está em campo discutindo — esse time de craques, de feras, esse escrete — recebeu o reforço, a partir de hoje, do Deputado Silvio Torres, que também é um *master* na matéria. (*Palmas.*)

Aqui existe uma troca de ideias. O objetivo agora é ir lapidando, discutindo, convocando o bom-senso, eu diria, as nossas consciências do que seria adequado para o Brasil. Ideias novas surgem. Enfim, eu deixei muito claro que o aperfeiçoamento é parte de um processo, e devemos persegui-lo com todo afinco, com humildade, sem *parti pris*. Vamos ouvir.

Então, seguindo um pouco a linha do que já foi dito, vou rapidamente pontuar.

Com relação ao Fundo, já existia uma ideia original, mas a sua discussão ganha substância com as insistentes ponderações do Deputado Afonso Hamm, que tem projetos e vem debatendo o assunto por todo canto. A certa altura, o Deputado Rodrigo Maia fez uma abordagem da importância desse Fundo, lembrando dos locais para onde hoje não existem recursos claros, que são as escolas. O modelo de desenvolvimento do esporte, em muitos países, se dá por meio da escola. E nós temos recursos para alto rendimento, para a formação de atletas, enfim, vários recursos provenientes de certames lotéricos, que são utilizados pelo Comitê Olímpico, pelo Comitê Paraolímpico, pela CBC, e por aí vai.

Por que não aproveitar essa oportunidade e fazer algo para cobrir uma lacuna no Brasil, ou seja, instituir um Fundo para a educação, para a escola, na ponta, pensando nos clubes, pensando na ideia de os clubes se associarem, pensando na ideia de que qualquer parceria só pode sair se houver um convênio entre a Diretora da escola e o Presidente do clube que esteja próximo, na localidade?

Então, era preciso definir mais ou menos esse desenho, porque a inspiração vem do que eu aqui disse, mas ao mesmo tempo definir recursos para o Fundo. Viriam recursos de uma nova Raspadinha, que pode realmente surtir alguma coisa, e desse enfrentamento da evasão de divisas do sistema *on-line* — e não vamos ficar assistindo a isso —, autorizando a Caixa a implantar. Fala-se em 600 milhões. Digamos que tenha 200 milhões ou 300 milhões, mas você pode ter 14%, 15%, 17% para isso. Coloquei um percentual “y” lá. E também sugeri aquela ideia da contribuição da CBF.



Isso é um ponto: a fonte dos recursos. Esse Fundo pode ter algum dinheiro? Pode ter algum dinheiro, sim. Acho que esse Fundo pode ter, tranquilamente, 70 milhões, 80 milhões/ano. E o que o País gasta hoje, o Ministério do Esporte? Peguei o Orçamento de 2013. Eu tenho 2012, 2013 e 2014. Mas peguei o Orçamento de 2013 — *"Desenvolvimento de atividade de apoio a projeto de educação, lazer, inclusão social"* —, do qual se gastaram 69 milhões. Eram 200 milhões, foram gastos 69 milhões. *"Preparação de atletas, captação de recursos humanos para esportes de alto rendimento"*. Gastaram-se 65 milhões. Enfim, há recursos, como aqui todos ilustraram. Há alguns recursos, estão aí.

Nós estamos criando um novo "modelito" de participação na ponta das escolas com os clubes, que têm *expertise*, que têm muitas vezes equipamentos, que têm muitas vezes recursos humanos para potencializar a atividade esportiva na base. Tanto é que o título do Fundo — e eu tomei essa liberdade, Deputado Afonso Hamm, que é o inspirador disso — é *"IniciE"*. Ele falou dezenas vezes: iniciação, iniciação, iniciação...

Agora, como será a divisão desse rateio? Existem os recursos, vamos rateá-los. Aí, o Deputado Vicente Candido pondera com propriedade: esses recursos não têm que ficar na União, pois o primo rico é a União; a gente tem que descentralizar e jogar na ponta o máximo.

E o que eu fiz, Deputado Stepan? Eu falei: *"Tudo bem"*. Imaginei que, ao se ratear por Município — e são cinco mil e tantos Municípios —, eu fiquei preocupado de sair 2 reais para um, 5 reais para outro, sei lá. Mas as correções do Deputado Vicente Candido nos permitiriam deixar aquela janela para que os Municípios que se articularem também possam acessar diretamente. Eu não vejo mal também nisso. É uma forma de superar os 600 quilômetros de distância, eventualmente, entre o tal Município e a capital do Estado.

Mas eu sugeri o seguinte: que o critério de repartição seja o FPE, que é inversamente proporcional ao PIB, à riqueza, e por aí, vai. E aí eu sei que o Piauí vai receber um recurso razoável, compreende? Eu sei que o Acre vai receber um recurso favorável e tudo mais. Então, eu fui lá. O nosso Rio de Janeiro recebe 1 vírgula alguma coisa por cento, que é o FPE, mais ou menos isso — corrija-me o Deputado Rodrigo Maia. É mais ou menos isso.



Tudo bem, a gente está falando da ponta, do aluno pobre — certo? Estamos falando das escolas públicas. Em qualquer ponta do Brasil existe um clube; por que o clube não se associa com a escola? E aí jogaríamos para o âmbito do Estado. Fui convencido disso pelo Deputado Vicente Candido porque existem os Conselhos. E Fundo a Fundo sai um pouco da burocracia daqui, e lá embaixo as pessoas vão atrás, há modelos de fiscalização e coisas do gênero. Então, o Fundo foi isso.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - E ainda pode ir lá para o Fundo Municipal.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É. E ainda pode ir para o Fundo Municipal. Eu acho que temos que corrigir o texto para voltar ao Município dentro de um ajuste que seja: na inobservância ou na impossibilidade... Enfim, a gente ajusta direitinho.

Bom, o Deputado Vicente Candido fez algumas ponderações. Eu queria me dirigir diretamente às preocupações de V.Exa. Por que acabar com a Timemania? A Timemania arrecada 250 milhões/ano. É o que ela opera. Eu não conheço gente que joga na Timemania, mas alguém joga, porque ela arrecada 250 milhões. Está lá um jovem que faz uma fezinha na Ponte Preta, é isso aí.

Então, para que acabar com a Timemania? Deixemos a Timemania como está. Então, ela arrecada 22%, que vão para uma equação que permite aos clubes abaterem dívidas. Isso é um peteleco. Se for perguntar a qualquer time que está aí, isso dá um peteleco, uma coisa irrisória em relação ao que o clube tem a pagar.

O que a gente fez? E aí foi sugestão da equipe técnica da Casa. Ora, vamos dar uma turbinada nessa Timemania: retira-se o Imposto de Renda, como já estava no projeto anterior, e permite-se à Caixa Econômica introduzir uma modalidade de aposta adicional. Você pode fazer mais duas apostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Ele apostou e pôs o time do coração dele, o Atlético Goianiense. Pergunte a ele lá.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Podemos fazer duas apostas, não é? É um palpite a mais, pagaríamos um pouco mais.

Isso, segundo se pretende — achar, todo mundo acha —, poderá melhorar a arrecadação da Timemania. Deixa lá a Timemania como está.



O quer foi a Timemania? Foi a tentativa feita há 8 anos nesta Casa de salvar o futebol brasileiro, que àquela altura já tinha uma formatação de atoleiro praticamente do tamanho deste que temos hoje. Enfim, não funcionou como deveria. Deixa a Timemania como está — é a minha ideia.

Ontem nós votamos, Deputado Vicente Candido, um empréstimo do BNDES com a taxa TJLP. O Governo utiliza TJLP várias vezes. O que nós oferecemos nos 25 anos foi, ao mesmo tempo, uma garantia de que a sociedade não está anistiando ninguém. Não há anistia. As multas estão no bolo. Nós juntamos INSS, Imposto de Renda, o que devem para a Timemania, o Banco Central e o FGTS num bolo só. Tem um “x” ali, um montante único. Então, cada clube tem aquele montante único — não é? — que é o somatório disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Ressalva-se a trabalhista, inclusive.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Há mil discussões judiciais e administrativas que fazem parte desse montante. Isso tudo se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) – Ressalvou-se a trabalhista.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Exato: trabalhista e de banco. Tem clube que deve a banco. É verdade: tem clube devendo a banco — certo? Essa é que é a verdade. E devem também à CBF, segundo consta, alguns empréstimos. Volta e meia a CBF faz adiantamentos para clubes, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Aí, sim, tem que ter anistia. (Risos.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Bom. Voltando: eu acho que mais vale a gente tornar mais elástica a possibilidade de pagamento e garantir o pagamento — e estamos falando de algo em torno de 3,2 bilhões ou 3,4 bilhões —, que, se pago, vai render 140 milhões para o Erário. Tanto é que eu botei no *caput* que não é para a quitação de débitos, mas para a recuperação de ativos do poder público federal. É isso. É uma estratégia. A estratégia é esta: *“Olha aqui: estamos oferecendo essa oportunidade; agora, em contrapartida, vamos arrumar a bagunça, vamos organizar isso melhor”*. Os clubes têm que ter uma série de parâmetros rigorosos.

Eu sei que fui na “tinta” em relação às responsabilidades fiscais que se requer implantar no futebol brasileiro. Não é simples isso. Tanto é que, para os 70% que a



gente exige — que é um parâmetro realmente complexo, mas é um parâmetro, porque alguns clubes têm mais receita, outros têm menos receita —, eu coloquei que isso vai se aplicar a partir do quarto ano. Então, com esse tranco de ajuste que a gente dá, ajuste inicial, a gente prepara para que haja uma cultura e uma organização de cada agremiação para que ela se estruture e se planeje. Por quê? A partir daquela fase ele terá uma obrigação “y” ali de 70%. O percentual está em aberto, se alguém quiser avançar um pouco mais.

Eu acho que essa — como se diz — “quarentena”, essa carência de 4 anos está razoável para ele se ajustar.

Antecipação de receita. Eu fiquei preocupado também com isso, porque, de fato, um clube não é um ente federativo. Mas, quando eu fui informado que um grande clube deste Brasil já tem as suas cotas de televisão do Campeonato Paulista comprometidas até o segundo Presidente a ser eleito, que ninguém sabe quem será daqui a dois mandatos, está errado! Está errado isso!

Então, vamos deixar isso? *“Eu aí tenho a minha diretoriazinha, etc.; a gente compõe aqui, antecipa a receita, deságio, etc.”*. E Rede Globo agora é banco para salvar, enfim, um time qualquer ou para poder resolver aqui o craque que se quer convocar para o escrete e tudo o mais?

Então, vamos lá, vamos estabelecer uma antecipação de receita no mandato. Acho que é justo isso. Se alguém achar que deve ter uma carência disso, pense e vamos discutir. Mas a antecipação disso é um princípio de responsabilidade fiscal. É um princípio, compreendem? Se você quiser dar um prazo aí para o tranco de ajuste, tudo bem, mas temos que, no meu entendimento, ir adiante.

Os novos tributos. Eu pesquisei isso. Ontem, em uma dessas MPs tinha também uma CIDE. Foi criada uma CIDE para a história dos aeroportos. CIDE é lei ordinária. Lei ordinária nós podemos, Deputado. Nós podemos propor lei ordinária. Então, é uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Do ponto de vista da majoração da alíquota PIS/COFINS, é lei ordinária. Nós temos autonomia, prerrogativa. Se vamos decidir ou não, é uma decisão nossa, é um entendimento político.

Agora, o que nós concebemos como proposta? Primeiro, vamos declarar o futebol brasileiro como patrimônio imaterial do povo brasileiro. Com base nesta



afirmação jurídica, que entra no nosso ordenamento pátrio, vamos dizer o seguinte: olha, se é brasileiro, se o ente que representa o Brasil nos certames nacionais e internacionais... Eu não denomino, eu falo “ente”; pode ser qualquer um, mas só tem um! O que eu posso fazer? Então, é a CBF, é a CBF! Enfim, é a forma jurídica clara de não tergiversar e deixar claro. É uma entidade associativa de representação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Mas há também as outras representações.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu sei. Mas eu fui nessa, enfim, no futebol brasileiro. Eu estou interessado no futebol brasileiro neste momento.

Bom, essa entidade essencialmente vive, com todo o respeito que nós temos à CBF...

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu não tenho, não!

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Deputado, eu compreendo. Eu estou falando institucionalmente, etc. Mas o fato é que ela tem a prerrogativa de comercializar a Bandeira Nacional, e o vem fazendo há muito tempo. Os patrocínios da CBF só são factíveis, viáveis, em função de dispor dessa possibilidade de colocar em campo a Seleção Brasileira. Muito bem. Então, se isso é uma operação econômica, pode ser objeto de uma tributação, sem dúvida nenhuma, que tem o objetivo não de punir, nada disso, mas de trazer a CBF para essa partida aqui. Aí eu sugeri a história do Fundo de Iniciação, entrar o dinheiro também para o Fundo de Iniciação. A alíquota pode estar pesada. Considerei 10% do faturamento/ano e ainda coloquei no PIS/COFINS. Os Deputados Danrlei e Romário defendem muito os ex-atletas. Enfim, é para pagar, para ajudar a Previdência Social e os ex-atletas pobres, e tem muitos aí nas sarjetas do Brasil.

Então, a nossa CBF pode entrar com isso aí? Eu acho que sim. Eu acho que a gente deve levar isso adiante, que é uma inovação. Para fechar... Não, já fechei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Vamos ouvir agora o Deputado Romário. Também estão inscritos os Deputados Rodrigo Maia e Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Primeiro, quero parabenizar o colega e amigo Deputado Otávio Leite por essa explanação, que foi muito bem colocada, e pelo seu relatório, que, na minha opinião, é bastante positivo. Como foi dito pelo



nosso Presidente, em princípio, não havia nada, e partimos de um relatório bastante pensado, repensado e trabalhado por V.Exa., por sua assessoria e a assessoria da Casa.

Existem aqui alguns artigos sobre os quais a gente pode falar e que são bastante controversos para algumas pessoas. Mas, nesse caso, voltando ao assunto da escola, se a gente fizer uma conta rápida, verá que o Brasil tem 26 Estados, com o Distrito Federal, 27, tem cinco mil e poucos Municípios, mais ou menos 11 mil clubes cadastrados e 100 mil escolas ou mais. Se a gente direcionar esse dinheiro para os clubes... Tem Município que não tem clube e, com certeza, ficará totalmente fora dessa regra. Então, eu quero só bater nessa tecla: a minha posição — e vou trabalhar para isso — é de que esse Fundo, a partir do momento em que ele realmente existir, seja destinado diretamente para essas escolas, independente de serem públicas ou particulares.

Outro assunto que foi bem colocado aqui pelo Deputado Otavio Leite é que todos sabem que eu realmente sou um brasileiro totalmente contrário às atitudes da CBF. Eu acredito que esta oportunidade que nós estamos tendo é real e bastante positiva de dar outro tipo de responsabilidade à CBF. A CBF não entra na Lei nº 12.868, de 2013, em que clubes esportivos, entidades, confederações que recebem dinheiro público terão, quando passar a valer a Lei, algumas obrigações. A CBF, infelizmente, não está nesse grupo.

Então, para a gente pensar numa melhora de condição em todos os aspectos dos esportes em geral, principalmente do futebol, eu vejo que está na hora de a CBF assumir alguns compromissos. E, por não assumir esses compromissos, essas responsabilidades, deve receber, sim, algumas penalidades. Pode ser desta forma, pode ser de outra forma, mas eu tenho certeza de que todos nós Deputados vamos ver, pensar e repensar em relação a isso. Como foi pedido vista, nós temos até a próxima semana para continuar debatendo.

Eu poderia aqui me estender um pouco mais e falar sobre outros assuntos, mas, como o tempo é curto, eu vou ficar por aqui.

Mais uma vez, agradeço ao Deputado Otavio Leite por tudo o que foi feito, bem como parabéns V.Exa., Sr. Presidente, pela condução perfeita à frente da Presidência desta Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Obrigado, Deputado Romário.

Nós vamos interromper o importante telefonema do Deputado Rodrigo Maia para passar a S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Vou dar rapidamente a minha opinião sobre alguns pontos, já que eu ainda não tive tempo de analisar com a assessoria o bom relatório do Deputado Otavio.

Primeiro, eu concordo com algumas coisas que foram ditas aqui e com outras não. Acho que a questão do fundo tem que ser para a escola pública, sim.

Deputado Otavio, vou lembrar um fato que aconteceu no Rio, e nós resolvemos quando mudamos a legislação do salário-educação, que era transferido para os Estados, que o transferia para os Municípios. Chegou um momento, no Rio, que os Governadores só passavam os recursos para os Municípios aliados. Nós mudamos um artigo na lei do salário-educação em 2004, dizendo que seria por matrícula. A partir daí, por exemplo, a cidade do Rio, que é a maior rede da América Latina e que recebia zero de salário-educação, passou a receber o que tinha direito por matrícula. Então, talvez, a solução seja uma distribuição melhor e mais isenta do que você distribuir para um fundo, que transfere para outro. Eu defendo radicalmente que seja através da escola. Você pode até usar o clube como estrutura, mas é através da Secretaria de Educação, porque é iniciação, não é formação. Na iniciação, nós queremos saber da saúde da criança. Nós não queremos saber se ela vai ser atleta ou não. Isso não é problema. Poucos serão atletas, principalmente atletas de rendimento. Esta é a minha opinião.

Eu sou contra, conforme já disse ao Deputado Otavio, esse negócio de Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que não é ente público. Eu radicalizo na questão de que os clubes deveriam ser empresas com sociedade empresária, com capital aberto, como é em muitos lugares do mundo. Acho que daria transparência e responsabilidade.

Acho que, quanto à restrição de antecipação da receita, Deputado Otavio, eu sou contra e vou explicar por quê. Da mesma forma que eu estou debatendo dentro do meu partido uma mudança da legislação das S.As. para aumentar a responsabilização dos conselhos de administração, que fazem o quer, aprovam o



que quer e não são responsáveis por nada, e os acionistas são prejudicados, como são os casos não só da PETROBRAS e da OGX, mas todos os casos, eu acho que se poderia colocar uma responsabilização nos conselhos deliberativos que aprovam essas receitas, para que cada um, quando for ao clube aprovar alguma coisa, tenha que pagar alguma coisa pela sua decisão. Eles fazem uma briga política dentro dos clubes. Nós sabemos quais têm mais. No Rio, é o Flamengo que mexe no Conselho Deliberativo, aprova qualquer coisa, e depois lava as mãos.

Então, melhor do que restringir a antecipação é responsabilizar quem de fato aprova. Seria um mecanismo melhor do que uma interferência direta no setor privado. Clube privado tem que ter regra privada, como qualquer outro negócio.

Deixe-me ver se tem mais alguma coisa que eu sou contra. A CBF não é uma instituição pública, mas privada e deve pagar os seus impostos. Eu não tenho a informação de que ela tenha isenção de Imposto de Renda, de nada, daquilo que ela administra durante o ano. Eu acho que a criação de uma CID em cima da CBF — eu não analisei direito... Não vejo que a criação de imposto vai em cima de uma instituição...

Eu acho que a discussão da transparência da CBF é outra. A forma como é eleito o Presidente da CBF está correta? A forma como são eleitos os Presidentes das Federações está correta? Eu tenho certeza de que não. Esse é o problema. A gente não consegue fazer uma eleição correta. A gente vai ter coragem de fazer o debate correto ou vamos começar a criar restrições e atribuições excessivas à CBF?

O Deputado Vicente disse que seria por lei complementar, V.Exa. diz que pode ser por lei ordinária. Acho que V.Exa. tem razão, mas, independente da forma, eu quero que as pessoas tenham clareza de como eu penso. Não é porque a CBF, hoje, é uma instituição com muito desgaste que eu vou ser a favor de uma coisa da qual eu discordo.

Acho, Deputado Otavio, que nessa questão dos ex-atletas poderíamos pensar, inclusive com parte do recurso, em criar um fundo de previdência complementar, procurando técnicos que entendam. Claro que não dá para ser... Aliás, dá para ser sim. O clube pagaria uma parte e o jogador pagaria outra, com uma garantia mínima de renda para esses jogadores no futuro, porque eles ganham muito, têm uma curva muito em cima e depois vão lá embaixo. Talvez um fundo de



previdência complementar, em que cada um dê uma parte, garante pelo menos um valor mínimo de três ou quatro salários mínimos, até porque, num período de pico — boa parte dos jogadores dos 40 principais clubes —, talvez tenham condições.

Talvez uma receita seja de loteria ou até, aí sim, intervindo na CBF ou em qualquer outra instituição, para um recurso para esse fundo, a fim de que aqueles que não conseguiram contribuir com o mínimo suficiente para ter aquele benefício mínimo consigam ter um benefício. De fato, tem muitos ex-jogadores, coitados, que vivem numa situação de amargura, até porque, quando estão no sucesso, não têm a capacidade, a condição — falo de alguns e não de todos — de organizar sua vida prevendo que daqui a 10 anos ou 6 anos não terão mais renda para sustentar suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Dos que estão inscritos, só faltam os Deputados Pedro Fernandes e Silvio.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, gostaria de apenas fazer uma pequena intervenção para registrar a presença do ex-Deputado e parceiro Érico Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Parceiro do PTB e amigo Érico.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Ele é hoje o Presidente do Partido Progressista em Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O maior produtor de arroz do Brasil.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - E o Presidente de Honra do Grêmio Esportivo Brasil, do Xavante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É um prazer recebê-lo aqui. Tem a palavra o Deputado Danrlei.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Otavio Leite, a quem parabênizo pelo trabalho feito, acredito que estejamos começando a chegar perto de um denominador comum, mesmo tendo ainda algumas questões das quais a gente diverge, mas bem menos do que tínhamos no início. Isso é muito importante.



Em relação à questão de atletas e ex-atletas, apenas queria dizer ao Deputado Maia que a minha preocupação é com os 93% ou 95% dos atletas que não ganham e nunca ganharam dinheiro de verdade. Os atletas dos grandes clubes que ganham bem não me interessa, não é o que me preocupa. Então, não adianta nós criarmos uma previdência ou algo nesse sentido se a maioria ganha um ou dois salários mínimos e não consegue, durante o ano, ganhar dinheiro para sustentar a sua família. Então, a minha preocupação é em relação àqueles que nunca ganharam dinheiro e não com aqueles que têm sucesso. Os que têm sucesso fazem parte de uma minoria que a gente acaba vendo na televisão a cada domingo e quarta-feira. Só que esses não fazem parte da minha preocupação.

A minha preocupação é com relação à questão de auxílio aos ex-atletas, aqueles que se dedicaram, desde os seus 8, 10 anos de vida, ao futebol e nunca tiveram a sorte, a felicidade de se tornar atletas conhecidos ou de renome e ganhar muito dinheiro. É essa diferença que eu quero deixar bem claro. A minha luta, a minha briga é por esses 95% que nunca chegaram perto de ter um salário sequer durante 12 meses. Isso é complicado!

Até tem uma questão que eu coloquei aqui e que eu quero passar — e vou passar depois para o Relator — exatamente em cima disso. Há até uma questão que coloquei aqui e que vou passar depois para o Relator exatamente em cima disso: o art. 12. E até falo ao Deputado Otavio Leite para que ele, ao colocar o art. 1º, *“da previsão das cláusulas específicas do regulamento geral da competição profissional”*, coloque também um artigo, um artigo não, *“os repasses dos recursos recolhidos para assistência social e educacional aos atletas profissionais, aos ex-atletas e aos atletas em formação”*, de que trata o art. 57 da Lei nº 9.615, que é a Lei Pelé, de 24 de março de 1998. Isto é, que seja colocado esse adendo, porque, por mais que aqui se saiba e se diga, é sempre bom deixar claro que esse é um encargo do clube. Hoje, é uma lei, porém, os clubes entram na Justiça, ficam muito tempo atrás desses valores, e a Federação não consegue dar o auxílio total a todos os atletas que necessitam.

Só colocar essa parte acho que já deixa mais clara a obrigatoriedade em cima de uma lei que já existe, apenas assim teremos a questão...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É importante até colocar, pegando um aparte na sua fala, evidentemente, com seu consentimento, que existe a FAAP — Federação das Associações de Atletas Profissionais, que presta apoio aos atletas profissionais. É descontado do borderô de cada partida por este País, se se fizer uma partida agora lá na Cochinchina, entre o Laranjinha e o Futebol Clube de lá, 0,5 é descontado do borderô e é destinado a essa FAAP. Então, essa FAAP tem que verdadeiramente ser fiscalizada pelos atletas, é importante que se possa ter isso. Agora nós colocamos, não cabe a nós...

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - É que não chega o valor lá, os clubes não repassam os valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não cabe a nós fiscalizar. Cabe, claro; evidentemente, cabe à Câmara. Acho que, se V.Exa. quiser, podemos aproveitar que estamos em Comissão e fazer uma visita à FAAP, para conhecê-la, dar uma fiscalizada nos livros dela, para ver onde está indo esse dinheiro, porque está fazendo esse dinheiro. Eu topo. Se V.Exa. quiser, pode fazer uma proposta, porque a Comissão ainda está em funcionamento.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Seria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Faça um requerimento, e nós criaremos uma Comissão de dois ou três Deputados para ir à FAAP, à associação, na sede mesmo, para conhecer a documentação. Cabe aos Deputados fiscalizar qualquer órgão que receba esses recursos. Então, vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Inclusive já foi feito esse convite várias vezes, até ao próprio Relator foi feito esse convite na semana passada, quando estivemos com ele. Os recursos não chegam à FAAP, esse é o problema. A FAAP tem que entrar na Justiça, fazer...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A lei brasileira estabelece 0,5% do salário.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Meio por cento das transações de atletas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - E também de borderô.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Não, só transações de atletas; não tem borderô.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Só transações? Não é sobre salário de atletas também?

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Não, é a transação que é feita, pega-se o valor, e o clube tem de repassar 0,5% à FAAP. O problema é que eles não repassam.

E vou dar o exemplo do clube do Deputado. Apenas na transação do Paulinho, ele fez esse repasse; agora, na última transação. Antes, ele não fez nenhuma. Cruzeiro e Atlético não repassam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Do Neymar passou?

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Do Neymar não foi repassado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Meio por cento de 200 milhões de euros?

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Não foi repassado. Inclusive fizeram o convite para que eles conhecessem a FAAP, que é aqui pertinho, para que pudessem entender exatamente como é a situação. De 20 milhões de reais que a FAAP deveria ter ao ano para trabalhar isso, está tendo uma arrecadação cada vez menor; hoje não passa de 2 milhões de reais. Todas as questões estão sendo tratadas na Justiça, mas sabem como é a Justiça, infelizmente, vão-se 5, 10 ou 15 anos, e eles não recebem os valores para poderem fazer o trabalho de auxílio ao ex-atleta.

Dentro do projeto aqui que eu havia colocado, eles prestam conta de tudo, dão o auxílio à recolocação no mercado de trabalho — esta era a ideia principal da FAAP, que foi conversada inclusive com o Relator —, pagando inclusive os encargos sociais desses ex-atletas que queiram voltar ao mercado de trabalho, não necessariamente como em qualquer profissão. Isso claro, eles com a possibilidade de receberem esses valores para ajudá-los.

Então, é apenas isso, e estão à disposição. Os Deputados que tiverem essa vontade, eu mesmo posso falar com o Relator ou ligar para ele qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - V.Exa. poderia comandar essa visita.



O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Eles estão à disposição para recebê-los para que saibam por que as coisas não andam tão bem. E não é culpa da FAAP. Eu queria deixar isso bem claro, para que eles vejam que realmente esse encargo é do clube, ele tem que pagar. É só isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O Deputado não está reivindicando novos encargos; ele está sugerindo que se encontre algum caminho para exigir mais dos atuais, que os encargos sejam cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Encaixe uma forma de obrigatoriedade.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Também tem a Certidão Negativa de Débito — CND dos encargos pagos à FAAP. É só isso que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Repito, mais uma vez, que todas as sugestões apresentadas aqui são riquíssimas, importantíssimas, mas têm de ser feitas através do *e-mail* do Deputado, para que nós possamos registrar.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Está aqui tudo pronto, e vamos passar para ele.

E, para terminar, a questão que está sendo falada dos clubes, dos valores do Fundo, não podemos esquecer que não são apenas os clubes de futebol que vão poder trabalhar com esse Fundo. Os clubes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Pinheiros.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Exatamente, às vezes, ficamos pensando muito nos grandes clubes, da mesma forma que o Deputado falou em relação aos atletas. Quer dizer, são 3% que ganham bem. Não são só os clubes grandes que vão poder usufruir desse Fundo, e nem todos são clubes que não vão trabalhar de forma correta.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só um aparte, Deputado.

Relator, o Deputado está propondo corrigir uma falha estrutural nossa, porque nós temos mania, o hábito, de fazer leis e não colocar penalidades. A Lei Pelé instituiu o tributo, mas não colocou penalidades. Então, está sugerindo transportar para essa lei e colocar a penalidade, colocar naquele rol de exigências. Aí, sim, vão-se ter mecanismos para cobrar dos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Boa bola, é isso mesmo.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - É só isso aí. E quanto a isso, eu acredito que esse Fundo tenha, sim, de ser gerido pelos clubes, não só de futebol. Qualquer clube que tenha intenção e tenha projeto junto com as escolas pode gerir.

Não sei se as escolas teriam condições. Aí, vamos para o lado da educação, porque queremos trabalhar a questão do esporte. Acho que tem de ser em conjunto, mas os clubes podem ter também a possibilidade de trabalhar o máximo de escolas possível. E é óbvio que clubes mais prontos e em melhor condição de fazer esse projeto vão sair na frente. Mas acredito que isso teria de ficar mais para o lado do esporte, para trazer as crianças para o esporte, que é o que queremos aqui, seja futebol, vôlei, basquete. E há muitos clubes sociais no Brasil fortes em condições de fazê-lo e que precisam também desse Fundo, para fazer um trabalho melhor do que já vêm fazendo, para que nós tenhamos possibilidade, quem sabe, de garantir mais medalhas no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - E a verdade é que esporte, educação e saúde não são excludentes. O trabalho é na mesma direção, agora é só ser uma questão de método administrativo.

Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes. Depois, Deputado Silvio Torres e, para encerrar, Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Relator, porque acho que ele realizou um grande trabalho. É natural que, com as discussões, vamos ter algumas melhoras. Eu concordo com o Relator, quando ele limita a questão de antecipação de receitas. Até porque, na legislação atual, as antecipações municipais e estaduais de receita se limitam até 31 de janeiro do ano seguinte. Isso já é consagrado na nossa legislação.

Quanto à questão de escolas públicas e privadas, há no Brasil um mito de se dizer que as escolas privadas são melhores do que as escolas públicas. É verdade que as *tops* são melhores do que as escolas públicas. Faz-se uma avaliação hoje das melhores escolas privadas contra todas as escolas públicas. Essa é a avaliação.



Então, no meu Estado, por exemplo, têm-se 15 escolas tops privadas e há 200 que... Não tem nem comparação.

Hoje estamos trabalhando com o Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes, as Secretarias de Esporte estão até transferindo para as Secretarias de Educação a questão do Segundo Tempo, que é um bom programa. Claro, ele está em adaptação.

O que nós temos que levar em consideração? Para que a escola e o clube tenham acesso a qualquer dinheiro, é necessário haver um projeto e, depois, é necessário prestar contas. Muita gente se perde nesse projeto, na prestação de contas, entra intermediário, entram muitas coisas.

O que eu sugiro ao Relator é o seguinte: se o clube quiser ter acesso ao Fundo, apresenta um projeto e garante que todos os alunos estejam regularmente matriculados e acompanhados; daí tanto faz, na escola privada ou na pública, vai para o aluno. E o recurso que vai para a escola, vá só para ela, não vá através de clube; a escola se habilita ao Fundo também com o projeto, senão, vamos criar mais uma burocracia clube/escola.

Estou falando isso, porque passei 2 anos praticamente numa Secretaria de Educação. Nós temos muito dinheiro nas escolas, muita inadimplência na prestação de contas, a maioria das escolas não têm como fazer isso, é outra estrutura, não tem pessoal, e nós não sabemos exatamente o valor desse Fundo.

Então, eu acho que deveríamos começar assim: o projeto será apresentado ao Fundo pelo clube, garantindo que os alunos são matriculados e acompanhados. O que o Deputado Danrlei fala aqui, que noventa e tantos por cento dos atletas não têm condições de se manter hoje, é porque eles não ficaram na escola, ficaram só o esporte. Mas, se o Fundo vai ao clube, e o clube tem que exigir que ele participe da escola, esteja matriculado na escola e seja acompanhado na escola, ele será outro cidadão. Quando sair da boa bola que bate, ele terá garantias de emprego.

Então, a minha sugestão, Relator, é que o clube apresente o projeto; os alunos precisem estar matriculados e acompanhados, para terem *performance* na escola, e estas também apresentem os seus, sem intermediário. Os dois não se misturam, porque pela experiência que eu tenho, isso não dá muito certo. A burocracia vai acabar com muita gente.



Quer dizer, o importante é que todos tenham acesso ao Fundo junto à Secretaria de Estado. Precisamos pensar o seguinte: vai-se ter o dinheiro, vamos ter o acesso e vamos continuar tendo o acesso. É essa burocracia que precisa ficar bem clara, senão, as pessoas ficam inadimplentes e não conseguem mais nada.

Para se ter ideia, o Ministério da Educação priva a criança da merenda, porque a escola não prestou conta. Ele não está punindo a escola, está punindo o aluno, que fica sem a merenda escolar, porque a diretora não prestou conta. Imagine agora um dinheiro para atleta, mais uma burocracia dentro da escola, nem todas vão participar. Eu acho que devemos começar com os clubes e as boas escolas apresentando projetos, e a escola que deve ter acesso é a escola pública; é fundamental a escola pública ter esse acesso, porque a outra já o tem.

Mais uma coisa: hoje, nós pagamos para manter o aluno na rede pública — escola estadual e municipal — 2.254 reais e 30 centavos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ano?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Ano. As escolas do IFMA — Instituto Federal do Maranhão já estão em mais de 15 mil. A União sabe que, para manter um nível bom, paga bem ao IFMA, mas não transfere isso para a escola estadual e municipal. Imaginem uma escola privada! Quanto é a mensalidade de uma escola privada no Rio de Janeiro?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Depende, de 2.800 reais, 1.500 reais. Entre mil e 2 mil reais, ou 3 mil reais, acho.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Dois mil reais a *top*. Pode-se ver quanto dá por ano. É diferente de uma que é 2.200 reais, para dar o transporte, a merenda de 30 centavos por dia.

A União repassa para a escola, de merenda escolar, 30 centavos por dia por aluno. Dá para comprar o que de merenda escolar?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E o programa?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Passa 70 centavos para o transporte escolar por dia. Dá para se transportar o quê?

Então, há muita demagogia, muitos programas. Por isso eu não quero que esse nosso projeto, que está bom, pulverize-se e não dê resultados. Isso precisa dar certo para crescer o Fundo, para que todos participem.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Queria aproveitar sua experiência, até porque pensei muito nisso e me baseava no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, que tem lá o Programa Dinheiro na Escola, em que a diretora diretamente acessa esse recurso e recebe uma conta específica, para manutenção, e coisas do gênero. Com a sua experiência no seu Estado, com essa realidade de dificuldades, enfim, o FNDE, esse programa, funcionava?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - São muitos os bons programas. O problema é que são tantos programas, que é preciso uma estrutura administrativa para prestar contas, fazer projetos, apresentar. O Ensino Médio Inovador é um grande programa. E o que eu estou orientando é o seguinte: vamos ver o que é melhor e ficar com o melhor, porque não dá para abraçar tudo.

Eu acho que o Governo Federal hoje, com investimento no PAR — Programa de Ações Articuladas, que é um grande programa do MEC... Os Municípios e os Estados vão diretamente ao PAR e fazem seu planejamento para ter a escola, o prédio, a carteira, o ônibus. É um tipo de planejamento, é uma grande ação do MEC.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Um módulo, não é?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - O problema, talvez, no Brasil — e aí se remete a um novo pacto federativo e a uma grande reforma tributária — é que a União fica com mais de 60% e os Estados e Municípios ficam de pires na mão, com um grande projeto aqui e acolá. Quando se vê uma escola municipal sendo *top*, algumas outras foram sacrificadas. Se nós mandássemos os dados exatos daquela escola, “*O número de alunos é 2 mil para aquela escola*”, todas não teriam... Dá para melhorar o padrão, não dá para ter excelência. Por isso é que estamos brigando pelo pré-sal. Mas quando vem?

O que acontece hoje é que não dá para manter uma escola só com 2.251 reais por aluno, tendo de fazer tudo. No meu Estado, 56% dos alunos da rede pública são do Bolsa Família.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por isso há o critério do FPE.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - É verdade. Mas eu acho o seguinte: o clube apresenta o projeto, os alunos têm que estar matriculados, acompanhados. Eles podem sair de qualquer escola, desde que tenham talento e



esteja lá interessados. E o outro projeto é para a escola pública. Eu acho que a gente atende bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Silvio Torres, é um prazer tê-lo de volta a nossa Casa. Aliás, nós chegamos juntos aqui, em 1994 ou 1995.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Pois é. Obrigado, Deputado Jovair. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar toda a Comissão.

Realmente, é uma alegria voltar à Câmara Federal e, no primeiro dia, praticamente já estar participando de um debate tão importante como este, que, aliás, foi o debate que marcou muito toda a minha trajetória na Câmara Federal. E agora estou meio que tentando recuperar na memória, porque me afastei um pouco do assunto, as iniciativas anteriores, que não foram poucas, não apenas minhas, mas de tantos Parlamentares que também se preocuparam muito com o esporte no Brasil, com a gestão do esporte, com os recursos para o esporte, com a eficiência dos recursos que já estavam destinados, mas, principalmente, com a transparência dos recursos também para esse setor.

Ontem me encontrei com o Deputado Otavio Leite, que me passou um resumo de seu relatório, de seu Substitutivo. Não deu tempo de examiná-lo com mais cuidado, mas hoje, do que eu ouvi aqui, já me acrescentaram algumas questões.

Eu quero dizer que conheço o Deputado Otavio Leite há muito tempo, sei do interesse dele e da seriedade dele com esse setor e quero parabenizá-lo, pois ele conseguiu fazer muitas coisas boas que estamos vendo no seu relatório.

Mas eu quero fazer pequenas sugestões. Deputado Jovair, eu não sei se nós vamos conseguir votar isso no dia 22 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos tentar.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu vejo que há muitas dúvidas sobre todas as questões. Se nós não levamos desta Comissão, se não uma unanimidade, mas um consenso muito forte, no plenário isso vai se tornar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Inviável.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - ... muito mais polêmico ainda, como foi a Timemania, que ficou vários meses sendo discutida e, na hora da votação mesmo,



depois de ser discutida internamente, passou por muitas dificuldades. Por isso, estou só colocando essa dúvida. Não estou duvidando da sua determinação, mas penso que há muita coisa ainda que não são só dúvidas minhas.

Mas eu queria fazer pequenos reparos, reparos não, pequenas sugestões. Primeiro, Deputado Otavio Leite, com relação à responsabilização, eu estou totalmente de acordo. Eu não tenho esse olhar, que até pode ser majoritário aqui dentro da Câmara ou do Congresso Nacional, de que os clubes são entidades privadas. Tanto não são privadas que estamos discutindo aqui recursos. Nós estamos discutindo REFIS, nós estamos discutindo, a todo momento, recursos para resolver a situação dos clubes. Não são. Se fossem entidades privadas, no rigor da concepção, ou seja, empresas, onde cada um responderia pelo seu próprio patrimônio, eu acho que nós estaríamos certos em não nos envolver. Mas não é disso que se trata um clube, seja de futebol, seja de qualquer outra natureza.

Então, essa discussão é uma questão que vem desde quando o atual Ministro Aldo Rebelo, quando Deputado, apresentou um pedido de CPI para investigar o contrato da CBF-Nike. E durante muito tempo essa CPI não se instalava, apesar de legalmente formada, sob o argumento de que a CBF era uma entidade privada e não poderia ser investigada. No entanto, foi o atual Vice-Presidente da República, Michel Temer, que, como Presidente da Câmara, determinou a instalação da CPI. E foi uma CPI — eu tive o privilégio, ou melhor, a missão de relatá-la — que conseguiu colocar um pouco mais de luz sobre todos esses caminhos muito pouco conhecidos do futebol brasileiro.

E eu estou dizendo isso porque eu acho que, na minha opinião, já é uma discussão vencida se é entidade privada ou não é privada. Se nós entendermos que é uma entidade privada, então é melhor a gente não se reunir para discutir soluções para o futebol brasileiro nem para o esporte brasileiro, porque essas soluções teriam que ser resolvidas no âmbito da governança de cada um.

Então, eu acho que, primeiro, ao colocar uma Lei de Responsabilidade, uma espécie de responsabilidade fiscal sobre os clubes, nós estamos dando um grande passo, um passo se não para resolver um passado, mas para evitar que nós estejamos tratando de 3,4 bilhões de dívidas que os clubes, os maiores clubes, têm hoje com o Governo. E esse assunto também não é novo nem para o Brasil. Em



outros países já existem leis que exigem dos clubes, ainda que sejam clubes privados, uma governança mais corporativa, empresarial e responsável.

Então, se há algum exagero, eu acho que isso... O Deputado Vicente Candido é advogado, como há tantos outros advogados. Talvez pudéssemos discutir sobre os exageros, mas não sobre o mérito. Eu acho que, no mérito, V.Exa. fez um bom relatório. Assim como, na questão do parcelamento, Deputado Otavio Leite, eu acho que a novidade é fazer um REFIS de 25 anos em vez de 15 anos, de 180 meses, como é o REFIS normal para as empresas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vinte.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Acho até que os clubes, na situação em que se encontram hoje, realmente, se não tiverem um prazo maior, não vão conseguir sair desse buraco.

Mas eu queria fazer uma reflexão, porque — não sei se a minha conta foi muito rápida —, a Timemania, que V.Exa. disse que devemos manter e tal, que não se deve mexer, arrecada 250 milhões por ano, se não me engano, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Rende.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Rende 250 milhões por ano. Eu não sei qual o percentual que vai para os clubes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vinte e dois.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Então, se tivermos 25 anos de arrecadação da Timemania, talvez numa arrecadação um pouco melhorada — ela é uma loteria que não tem muita atração, acabou não pegando —, ela pode efetivamente resolver o problema desses 3,4 bilhões durante os 25 anos. Então, não há necessidade? Não, não há necessidade, e é aí que eu quero divergir um pouco, ou melhor, eu quero refletir melhor sobre a questão de nós criarmos mais uma modalidade de arrecadação de recursos para colocar nas mãos de administradores, sejam eles de clubes, de Ministérios, de Secretarias.

Eu acho que não há um problema de recursos. Eu creio nisso com muita convicção. Eu acho que o problema central — concordo com o Deputado José Rocha — é um problema de gestão, de gestão com responsabilidade, com penalidades e com um compartilhamento mais amplo do que hoje... Nós não podemos acreditar que os clubes, sejam eles de qualquer natureza — federações,



CBF —, sejam redutos de grupos que se apoderam e só eles decidem, quando se trata de números dessa natureza e de algo que envolve um patrimônio nacional. O futebol é o patrimônio, e o esporte de uma forma geral, que mexe com os 200 milhões de brasileiros.

Então, Deputado Jovair, eu não vou me estender, eu quero me debruçar um pouco. Vou resgatar aquilo que nós temos desde quando nós lançamos o Estatuto do Desporto, ao final da CPI, de que o Deputado Jovair inclusive participou. E no Estatuto, nós já tínhamos, Deputado Otavio Leite... Muitas das questões que estão aqui contempladas já estavam previstas, e isso foi em 2001. Então, 13 anos depois, se nós conseguirmos aprovar isso aqui, alguma vitória nós já teremos conseguido. Mas contem com o meu apoio, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É verdade.

Com a palavra o Deputado Guilherme, para encerrar as inscrições.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Vamos lá, rapidamente. Primeiro, quero parabenizar o Relator pelo trabalho, que é muito extenso. Eu vou muito na direção da fala do Deputado Vicente Candido: vamos ver o que é possível. E eu acho que o grande foco desta Comissão Especial é dar um ajuste no que existe de passivo financeiro, passivo tributário dos clubes, garantir alguma diferença de receita a mais e ver até onde se pode dosar essa intromissão do Estado em uma entidade privada, qual é a dose dessa nossa entrada.

Então, para contribuir, Deputado Otavio, no art. 12, onde V.Exa. coloca a necessidade de se estar quitado com as suas obrigações com o Governo: não cumpriu, cai. Então é só uma contribuição relativa a texto, que passaremos a V.Exa. A tese é essa, nós concordamos, é só uma contribuição relativa a texto.

Na questão das loterias, tanto no Lotex, que seria a Raspadinha, quanto na loteria *on-line*, seria seguido qual critério de repartição? É o critério já anteriormente praticado na Timemania? Não ficou claro aqui no texto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não se comunicam com... Elas não geram receita imediata para o clube, veja bem. A Raspadinha, a gente autoriza a Caixa Econômica a implantar uma nova modalidade de Raspadinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - A criar.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A gente diz que a Caixa Econômica irá, de alguma maneira, negociar com os clubes as suas marcas, porque elas valem, os seus símbolos, etc. A gente propõe que o clube seja também um agente lotérico. Essa é uma novidade. Imaginem um clube do interior, como o Confiança, em Sergipe. No quinquagésimo aniversário do Confiança, eles querem firmar com a Caixa um entendimento para uma série de Raspadinhas específicas para serem vendidas em Aracaju e no interior. Isso proporcionaria ao clube, com uma relação direta com a Caixa, ter algum dividendo melhor, porque seria também lotérico.

O que eu quero dizer é o seguinte: essa intenção de descentralizar ao máximo — eu estou na ponta, imaginando os ambientes culturais onde há uma identidade com aquela agremiação — gera um potencial de algum tipo de receita para um time pequeno.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Perfeito. A instantânea é mais fácil de você circunscrever.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É, era isso, uma forma.

A outra é o seguinte: como é um fenômeno, é um fato muito novo no Brasil, eu não me arvoraria a tentar disciplinar essa questão. A Caixa Econômica tem estudado muito isso, pelo que se sabe.

A gente parte de uma realidade que a gente tem que enfrentar, que é essa evasão de divisas, então autoriza a Caixa a implantar e fixa um percentual para o IniciE. Alguém já me falou o seguinte: *“E não vai nada, também, para os clubes?”*

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - É isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É isso?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - É isso. Seria isso, e...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu acho que está faltando alguma coisa para os clubes.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Está faltando algo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas como é que a gente rateia para os clubes?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Exatamente, seria para se pensar como se colocaria isso aqui no projeto.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Na dívida? No bolo da Timemania? Pode se somar a Timemania.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - A minha opinião é que poderia ser vinculado: para aquele que deve, vai tudo para a dívida, para amortizar a dívida; para aquele que não deve, vai para o caixa. Ponto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Carimbava para a dívida.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Para a dívida.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Nos mesmos parâmetros da Timemania.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Que já tem uma equação.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Todo um modelo que funciona.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso, isso. Seria alguma coisa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É uma ideia, hein?

(Não identificado) - E quem não tem dívida?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Quem não tem dívida, recebe integral.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E qual seria o percentual? Precisamos só pensar aqui esse percentual.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Confesso que eu nem pensei.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vamos pensar, então, sobre o percentual.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - E o que eu agreguei, também, a essa questão da...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perdoe-me, é porque parece que só funciona se houver um chamado *payout* alto.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Alto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É. Veja bem, é um mercado que não tem fronteiras.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - É um mercado. Estamos perdendo, estamos perdendo.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não adianta o Brasil chegar e montar fronteira, e tudo o mais: *“Não entra nenhuma loteria on-line mais no Brasil. Jovem brasileiro, você está proibido de jogar na loteria on-line”*.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Os servidores vão estar aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E aí? Como é que se vai fazer? Vamos ficar... Então, a Caixa Econômica tem que entrar nesse mercado, para disputar.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - E aqui eu estou agregando outro componente. A Caixa tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Tem que disputar. Tem que disputar e botar produtos atrativos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Atrativos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Isso aí, a criatividade, etc. e tal.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Então, a Caixa tem a preferência, porque tem uma autorização...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas isso está colocado.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Não, não está colocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Olhe o item adiante

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ela tem o monopólio, ela tem o monopólio.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Ela tem a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O item...

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Mas uma vez que ela não queira implementar, que ela abra a possibilidade de outros..

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, ela tem direta ou indiretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas aqui o § 1º diz:

“§ 1º. O sistema de apostas desportivas on-line de que trata o ‘caput’ será autorizado pelo Ministério da Fazenda e executado, direta ou indiretamente, pela Caixa Econômica Federal ou por órgão...”



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Só que eu gostaria de dar um prazo mais firme a isso aí, porque, com o “indiretamente”, a Caixa fala: “*Estou vendo, estou verificando*” e fica *ad aeternum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso. Se ela...

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Então, a partir do momento em que ela não quiser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Que ela licite.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso, que ela licite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Acho que é bom amarrar.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Senão fica... A Caixa funciona muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É. E essa pode ser uma boa fonte de renda para os clubes também. O.k.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Para os clubes. Dentro desse princípio daquilo que for receita para o clube, aquele que dever vai para a dívida, e aquele que não dever vai para o cofre.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, é um prazo para instituir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É. O que deve vai para a dívida; o que não deve vai para o cofre.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E qual é o prazo razoável? A gente tem que consultar inclusive a Caixa.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - A Caixa, é. Não é razoável 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Claro.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Dois anos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Não é razoável 2 anos; 30 dias também não é razoável. Vai ter se que achar um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu deixei para...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Desculpem-me.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Tem mais um item. Tive a ousadia...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E o percentual... Perdoem-me, eu coloquei 14% para o IniciE. Portanto, seriam, eu acho, 70% para o *payout*. Então você tem aí outros 16% dando mole.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É, mas esse é da administração, geralmente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Aí a Caixa tem que ficar com um pedaço disso. Qual o pedaço da Caixa? Meio a meio. Vamos colocar um meio a meio.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - A Caixa está querendo muito. Vamos deixar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não, mas a Caixa tem que ter. Se você não estimular a Caixa, ela vai fazer como fez com a Timemania.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ah, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deixa para lá, porque a Timemania rende menos para eles do que a Lotomania e outras coisas que eles têm lá. Então, é por isso que a Timemania não teve sucesso. Essa é uma das grandes razões.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso merece até ter uma conversa. A Caixa pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Contratou o Pelé para fazer a propaganda. Ficaram ali, no Pelé, e nunca mais fizeram propaganda da Timemania, praticamente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Estude isso mais um pouco. Concordo que tem que ter alguma coisa.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Mas a Caixa precisa, de vez em quando, ser fiscalizada, porque ela é patrocinadora só de alguns clubes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas é só dos grandes clubes brasileiros: o Atlético Goianiense, o Flamengo, só esse times.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Temos que descobrir essa Caixa aí, abrir essa Caixa.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Nós estamos tentando fazer tempo, e não conseguimos. (Risos.) Aí a Caixa fala que, se não tiver a conta da Prefeitura, não patrocina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É isso mesmo.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - É. Acho que não tem nada a ver, mas tudo bem. É um critério da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - E mais um item. Esse item...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - *“Vem para a Caixa você também”*, não é?

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - A Caixa é uma empresa pública.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Essa é a discussão.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Vou ler a sugestão do 42º item:

“Ao menos 20% dos valores recebidos a título de patrocínios oriundos de empresas públicas ou empresas com participação da União deverão ser destinados à quitação das parcelas finais da dívida que for parcelada.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - V.Exa. está acrescentando um artigo aí, não é?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Isso, uma sugestão. Vou pegar o caso prático da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Por gentileza, esse precisa vir pelo e-mail...

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Mas vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - As sugestões serão todas feitas por e-mail. Eu só estou antecipando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos tentar(?).

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Só com o intuito desse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Você pode repetir?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Posso. Quando você tem o patrocínio de uma empresa pública ou de economia mista com participação da



União, Caixa Econômica Federal, e o patrocinado é devedor e está parcelado, pelo menos 20% vão carimbados para antecipar o final da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É bom.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Pelo menos 20%.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Aqui nós estamos, na verdade, pela sua ideia, proporcionando ao Governo arrecadar mais rapidamente pelos créditos que não pagam a ele.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Mais rapidamente, exatamente. É uma empresa pública ressarcindo o Governo por patrocínio de uma dívida

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Ou da administração direta. Pode ser da administração direta. O Ministério da Saúde pode patrocinar um clube de futebol. Qual é o problema?

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Ele não faz propaganda na televisão? Na Rede Globo, na Record, etc.? Pode fazer no clube e ter o retorno. Em vez de pagar, ele tem como retorno o pagamento.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Se estiver 100% sem dívida, vai 100% para ele; se estiver devendo, pelo menos 20%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Excelente sugestão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Tenho certeza de que o Mantega vai gostar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vai adorar. O Mantega virá aqui bater palmas para nós.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - O intuito é esse, para que o seu relatório seja aprovado da forma mais rápida possível. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Olha aí, é uma estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu queria aproveitar e expor a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Atenção, atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu falei várias vezes durante o período das nossas audiências sobre o empresário de futebol.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Isso é um tema importante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - E sobre a lei trabalhista, porque ela é diferente para o trabalhador brasileiro em relação ao atleta, nós estamos fazendo algumas sugestões que foram coletadas através do João Bosco Luz, que foi Presidente do Goiás e hoje é Diretor Jurídico do Goiás, e do Marcos Egídio, que é o Diretor Jurídico do Atlético.

Eles estão vindo na terça-feira para fazer a discussão com ele. Estou falando ao microfone, para ficar gravado e para constar nos Anais da Casa também, que eles virão para fazer essa sugestão, e nós vamos discutir um pouco sobre isso.

O que acontece? O empresário de futebol está acabando com os clubes. Ele acaba com os clubes de duas maneiras. A primeira: há necessidade de os clubes terem os empresários, porque são donos dos jogadores. A maioria dos clubes hoje, para formar um plantel, procuram o empresário, que disponibiliza cinco jogadores. O clube contrata esses jogadores, e eles começam a jogar. Geralmente, fazem um contrato de 1 ano, 2 anos ou o que valha. Se o jogador começa a fazer muito sucesso, tem um contrato de 3 anos e está ganhando relativamente — 5 ou 10 mil reais — lá, para o empresário tirá-lo do clube, ele tem que pagar 400 vezes o valor do salário.

O que o empresário faz? Não é novidade o que eu estou contando. Todo mundo sabe que é assim. O empresário fala para o jogador: *“Olhe, meu filho, você está jogando muito, e eu vou te levar para o Flamengo. Você não vai ficar na porcaria desse time que você está aí. Você vai para o Flamengo, para o Botafogo, sei lá qual o time”. “Mas eu tenho contrato com o clube”. “Tudo bem. Você se machuque, faça corpo mole.”*

Aí o clube tem que pagar 10 mil reais a esse atleta até o final do contrato ou tem que deixá-lo ir embora. Para não pagar os 10 mil reais, ele chama o empresário e fala: *“Escute, você não quer levar esse entulho embora, não?”* Aí ele leva o jogador, que no outro dia está no Corinthians.

Isso aconteceu com o meu clube, o Atlético Clube Goianiense. Aquele Luciano que está no Corinthians é um exemplo disso, é um exemplo vivo. Ele era atleta das nossas categorias de base, foi formado pelo Atlético, estava jogando no Atlético e ganhando um tanto. O empresário mandou-o fazer corpo mole e brigar com o clube. Brigou e foi parar no Avaí e no Corinthians.



Onde fica o clube nessa situação? O clube está sempre refém dos empresários. Não estou falando de alguns empresários; estou falando de 99,9% dos empresários. Isso é uma máxima e é a grande queixa. Eu deixei para trazer esse tema mais importante agora porque eu sei também da influência desses empresários. Se nós estivéssemos debatendo isso há mais tempo, teríamos uma forte oposição em relação a isso.

Nós temos que colocar, de alguma forma, isso no documento. Então, eu estou sugerindo que, na terça-feira, ele receba esses dois advogados da área de esporte que são orientados pelos outros clubes, inclusive pelo Coritiba, pelo Ponte Preta, por todos os clubes. Nós estaremos falando sobre isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Paralelamente, só para concluir, a lei trabalhista é para o trabalhador de um jeito e para o jogador de futebol, de outro. Também não dá para ser assim.

Eu contrato um diretor para trabalhar na minha empresa. Eu pago a ele 20 mil reais porque ele rende para a empresa. Se ele deixar de render, eu o chamo, levo ao sindicato e digo: *“Amigo, vamos lá ao sindicato, porque nós vamos acertar as contas. Muito obrigado. Foi muito bom até agora para você e para a empresa”*. Pago as ações trabalhistas todas e até logo.

Com o jogador de futebol, isso não se aplica. Não se aplica. O jogador de futebol ganha 25 mil. Estava rendendo. De repente, ele bota o chinelinho, arruma dor todo dia, não participa. Ele ganha tanto na carteira de trabalho e tanto pelo direito de imagem. Que imagem ele está dando ao clube? A relação tem que ser a mesma: *“Vamos lá ao seu sindicato, vamos acertar. Até logo”*. Tinha que ser assim. O clube, hoje, só é penalizado.

Então, quando nós estamos aqui discutindo essas leis, e essa lei especificamente, eu me arremeto outra vez aos Municípios. Toda lei que nós fazemos e quase tudo o que o Governo quer fazer, ele vai fazer, o programa é dele, mas arrebeta lá no Município: o Prefeito se vire e arrume o ônibus. Nesse ônibus, que o Pedrinho falou que paga 70 centavos, o Prefeito tem que pagar 2 ou 3 reais por dia por aluno. Com essa diferença o Município tem que arcar.



É muito parecido. Nós não podemos agora fazer uma lei aqui que vai arrebentar, outra vez, em cima dos clubes. Teve má gestão? Teve problemas de administração? E são enormes, inúmeros os problemas de maus dirigentes, dirigentes corruptos, que roubaram os clubes. O que eu conheço de dirigente, pelo menos em Goiás, recentemente... É só nego botando a mão no bolso e botando no clube.

O Deputado Silvio falou uma coisa verdadeira aqui: o futebol no Brasil e os clubes brasileiros são de domínio popular. Eles não são do Estado, não são da iniciativa privada. No meu entendimento, é uma modalidade que não está bem clara na nossa cabeça, é anômala, porque eles são de domínio popular.

Do Atlético Clube Goianiense hoje eu sou vice-presidente. Eu não tenho nada a ver com o Atlético Clube Goianiense se amanhã eu renunciar. Como é que fica o passivo, com os problemas? Tem que ter as penalidades, sim, tem que aplicar aos dirigentes as penalidades. Eu concordo absolutamente com isso.

Mas não dá também para dizer que você pode avançar muito em cima desses clubes, porque você vai lá a São Januário, ao Club de Regatas Vasco da Gama, e cada tijolo colocado lá naquele campo foi um português dono de uma padaria que colocou. Aquilo foi construído ao longo de 100 anos, num trabalho hercúleo da torcida.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - E vai continuar mais cem anos sendo da torcida. Então, ele é de domínio popular, não tem dono, mas o cara que passa daquele momento por lá também, não pode usufruir e querer usar o clube para fazer as suas estripulias.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, o que nós estamos colocando é que nós temos que dosar. Não podemos perder o equilíbrio e penalizar o clube como a gente penaliza — quando eu digo “a gente”, refiro-me à política brasileira — os Municípios brasileiros, que estão todos, sem nenhuma exceção, quebrados, de São Paulo, que é o mais rico, até o mais pobre, que deve ser Ananguera, lá em Goiás.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu queria sugerir o seguinte: independente do dia 22, quando se pretende votar, que nós possamos, na próxima semana, na terça-feira, prosseguir uma rodada aqui. Tem muita coisa interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Podemos. Seria ótimo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu não tenho opinião formada. Eu tenho que ouvir os universitários, ouvir muita gente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu queria até dar uma sugestão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Por exemplo, tem uma questão que eu coloquei, em relação ao percentual do que deve ser gasto com atividade-meio dos recursos públicos repassados para as federações, etc.

Eu propus uma coisa radical, certo? Mas eu propus para provocar o debate. De quanto é que tem que ser esse percentual? Não sei. É 30%? É 20%? É 15%? A gente podia, na terça-feira que vem, fazer uma nova rodada sobre isso.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Deputado, eu posso dar uma sugestão?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pode.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu acho que são tantos parágrafos, capítulos e tal. O que nós poderíamos fazer, talvez, é ver o que existe de consenso e já tirar.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É isso aí.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Está certo? E gastar o restante do tempo discutindo aquilo que não é consensual, porque senão a gente acaba repetindo aquilo que já está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É claro. É isso. Em cima do que V.Exa. coloca, nós estamos com um pedido de vista. Ele não está no domínio da Comissão hoje; ele está no domínio de Deputados. Então, nós podemos fazer, na semana que vem, um debate informal.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim. O que é consensual? Com o que todo mundo concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Terça-feira, às 14 horas?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só para terminar o reforço da questão do domínio popular, lembro que, na Escócia, o futebol é meio parecido com o do Brasil, com relação ao comando. Agora é que eles estão mudando um pouco. Lá tem o Celtic e o Rangers. O Rangers é um dos mais tradicionais clubes do mundo. O Rangers, por má administração e por fraude nas contas, foi rebaixado para a quinta divisão do futebol escocês. Durante os anos, eles vêm subindo e estão na segunda divisão.

Então, aqui no Brasil, nós temos que fazer a mesma coisa. Qual o problema de o Flamengo, uma hora dessas, parar lá na sétima divisão? Eu sou flamenguista, vou ficar aborrecido pra dedéu, mas, se as regras forem claras para todos... Eu sou atleticano antes. *(Riso.)* Você vai ficar feliz? *(Riso.)*

Eu quero agradecer todo o debate informal que fizemos aqui hoje.

Deputado Vicente Candido, a proposta é que o Corinthians também vá junto com o Flamengo para a sétima. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pode ser terça-feira à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Terça-feira à tarde, podemos fazer uma discussão aqui? Às 14 horas está bem?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu queria sugerir um outro horário. Terças à tarde e quartas pela manhã, tem CCJ. E tem vários membros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas V.Exa. há de entender que, semana que vem, teremos poucos Deputados na Casa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não pode ser terça-feira de manhã, às 11 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Terça-feira pela manhã é muito cedo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Mas 11 horas...

(Não identificado) - Eu chego às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos começar às 14 horas, e V.Exa. participa mais tarde.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Vou ficar impedido, pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É reunião para assuntos internos.



Não havendo nada mais a tratar, após este importante debate informal, após a vista dada a todos os Deputados, transmito um ofício do Deputado Henrique Eduardo Alves comunicando a inclusão do Deputado Silvio Torres, como membro indicado pelo PSDB, nesta Comissão. Seja muito bem-vindo!

Declaro encerrada esta sessão. Faremos uma de debate informal na terça-feira, sobre assuntos internos, e, no dia 22, nós faremos a votação final, na Comissão, desse texto.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.